



Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE

Demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31/12/2016



Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE _____	2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO _____	5
BALANÇO PATRIMONIAL _____	10
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO _____	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA _____	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO _____	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS _____	14
PARECER DO CONSELHO FISCAL _____	29

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS -
PRODEMGE**
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PRODEMGE** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **PRODEMGE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

A Companhia divulga na nota explicativa 4, o montante de R\$ 100.889.815 reais a receber de Clientes, dos quais, R\$ 36.106.161,10 referem-se a valores pendentes de recebimento de exercícios anteriores. Desse montante a receber de exercícios anteriores, cerca de 98% é proveniente de clientes ligados a administração direta e indireta do Governo do Estado de Minas Gerais, seu acionista controlador, por esse motivo, não constituindo provisão para fazer frente a eventuais perdas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **PRODEMGE** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o



Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da PRODEMGE são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

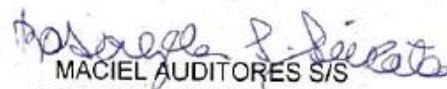
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos porventura identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2017.


MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS – 65.932/O-7 – S - SP
Sócia Responsável Técnica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para o exercício de 2016.

A Administração da Prodemge, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração sobre os negócios da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, juntamente com as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

Perfil Corporativo

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge foi criada pela Lei Estadual nº 6.003/72, de 12 de outubro de 1972, sob a regência da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, e tem como principal acionista o Governo do Estado de Minas Gerais.

Sua missão é propiciar por meio de Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação o desenvolvimento contínuo da Administração Pública e seus agentes, acreditando na capacidade técnica e produtiva de seus empregados.

A Prodemge há mais de quatro décadas acompanha o desenvolvimento da tecnologia da informação, ocupando hoje, uma posição de vanguarda no segmento da tecnologia da informação, oferecendo soluções diferenciadas aos segmentos de planejamento e gestão, finanças, segurança, trânsito, justiça, saúde, educação, cultura, turismo, meio ambiente, agricultura, ação social e desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Resultado Operacional

No ano de 2016 a Companhia registrou um faturamento de cerca de 240 milhões, significando um aumento de 8,41% em relação ao ano de 2015. Entretanto, apresentou um prejuízo no exercício de R\$ 4,9 milhões.

Contudo, esse resultado não impactou no desempenho econômico-financeiro da empresa, que manteve a assiduidade nos pagamentos ao fisco, funcionários e fornecedores.

A Prodemge realizou no ano de 2016 o Programa de Desligamento Voluntário para Aposentados - PDVA, contando com uma adesão de 67 empregados. O Programa foi de caráter excepcional e temporário, destinado aos empregados com idade igual ou superior a 57 anos, com 10 anos ou mais de vínculo com a Prodemge e que já se encontravam em benefício de aposentaria no Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Gestão Empresarial

A Prodemge segue investindo seus recursos para o aprimoramento da prestação de seus serviços, somando esforços entre desenvolvimento e produção de forma a atender a todos os seus clientes com excelência.

A Companhia, que apresenta níveis avançados de maturidade nas diversas disciplinas ITIL, já deu início a ações relativas à implantação do DevOps, um conjunto de práticas para a busca da implementação de

melhorias contínuas, utilizando princípios ágeis, aproximando desenvolvimento e produção buscando segurança nas atividades da empresa.

Merece também destaque o projeto em curso da Rede Corporativa do Governo, um dos principais projetos de infraestrutura de comunicação de dados atualmente na Companhia, que se soma à atual Rede Governo buscando aumentar a capacidade de oferta de serviços do Estado e reduzindo custos.

A Rede Corporativa do Estado investe em três tecnologias básicas: a rede óptica, o DWDM ou multiplexação óptica e a radiofrequência. Duas etapas iniciais já estão em andamento, sendo uma delas a criação do Anel Central de Belo Horizonte, unindo por fibra óptica a Prodemge, a Secretaria de Estado da Fazenda e outros órgãos na região central de Belo Horizonte. Destaca-se também a derivação das suas ramificações baseadas na utilização de infraestrutura já existente, viabilizada por meio de Termos de Cooperação Técnica, com órgãos e empresas como Gasmig e Copasa.

Pessoas

Com a expansão dos serviços prestados e dos pontos de presença da Prodemge em seus clientes e no interior, a Companhia necessariamente vem se adequando para oferecer o melhor atendimento possível, investindo na capacitação de seus recursos humanos e fazendo estudos aprofundados que propiciam o mapeamento e a disseminação do conhecimento necessário para que as pessoas possam lidar com a complexidade das demandas e otimizar a produtividade na execução de suas atividades.

O corpo funcional da Prodemge registrou 1.135 empregados no fim de 2016 contra 1.121 em 2015. A Prodemge absorveu e internalizou muitos sistemas e serviços antes terceirizados por órgãos da administração pública. Nas diversas áreas do Governo, a Prodemge tem aumentado significativamente sua presença, assumindo projetos de grande complexidade e utilidade para o bom funcionamento da administração pública.

A Prodemge também apoia programas de inserção de jovens no mercado de trabalho por meio de parceria com a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom, propiciando, no final do exercício de 2016 oportunidades a 19 menores aprendizes. Ainda no contexto dos projetos sociais a Companhia finalizou o ano de 2016 com 65 estagiários.

Com a implantação das ações de educação à distância, a Companhia revisou a plataforma AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), que passa pelo domínio da ferramenta adotada pela Prodemge denominada “Moodle”, sendo totalmente reformulada. Os cursos foram organizados nas categorias tecnologia, gestão e negócios e obtidos por meio de parcerias externas. Em 2016 foram disponibilizadas para os empregados 1.621 vagas em cursos na modalidade presencial e 553 na modalidade EaD.

Soluções para suporte à Gestão Pública

- **MG App**

A Companhia desenvolveu o MG App, um aplicativo para smartphones, que dá acesso ao cidadão a diversos serviços públicos estaduais. Com um formato simples, ágil e moderno, leva à população do Estado um canal integrado de comunicação que facilita a solução de problemas e a busca por informações. O aplicativo reúne tanto os serviços que não eram prestados pelo Governo por meio de smartphones, como alguns que já estavam disponíveis, porém em aplicativos dispersos. A centralização

permite mais agilidade na prestação dos serviços e facilita o acesso por parte do cidadão. Em constante aprimoramento, o MG App atingiu a marca de 100 mil downloads nas plataformas Android, iOS e Windows Phone para dispositivos móveis.

- **Certificação Digital**

Considerando a presença da Prodemge no Estado de Minas Gerais, por meio da parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), a Companhia, por ser uma autoridade certificadora de Certificação Digital oficial do Estado, implantou novos postos de atendimento estabelecidos nas UAI's no interior do Estado e ativou novos postos em Minas Gerais. Também implantou biometria de face e digital em sua operação e aprimorou seu suporte, gerando queda significativa nas ligações para a Central de Atendimento Prodemge. Em termos financeiros, a Certificação Digital da Prodemge vem apresentando resultados cada vez mais positivos.

- **IPSEMG**

Os servidores do Estado de Minas Gerais que possuem cadastro no Ipsemg já podem agendar consultas de forma online por meio de uma plataforma web criada pela Prodemge. O sistema oferece ainda mais agilidade para marcação de consultas e também facilita o acesso aos profissionais de saúde credenciados no sistema, trazendo benefícios aos cadastrados, além de redução de custos ao Estado. Essa economia gerada poderá ser revertida em investimentos nas áreas de saúde.

- **DETRAN/MG**

Com o objetivo de facilitar a realização da prova de legislação de trânsito em Minas Gerais para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a Prodemge desenvolveu e implantou em Belo Horizonte e em 12 cidades do interior do Estado, uma solução para substituição do Sistema de Prova Eletrônica. A solução abrange o Sistema de Prova Eletrônica e o Sistema de Gerenciamento de Provas de Legislação e permitirá ao Detran/MG expandir esse novo serviço tanto para as Circunscrições Regionais de Trânsito – Ciretrans, quanto para mais unidades UAI (Unidade de Atendimento Integrado) através da parceria entre o Departamento de Trânsito e a Seplag-MG, o que gera com menor custo, maior segurança e rapidez.

- **Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo de Minas Gerais (SCDP-MG)**

O SCDP-MG é um sistema desenvolvido pelo Governo Federal, tendo sido absorvido e customizado pela Prodemge para viabilizar a integração com o Siafi-MG e o Sisap-MG. Tem como objetivo automatizar o fluxo do processo de concessão de diárias e passagens a servidores da administração pública, fazendo também toda a gestão da prestação de contas. Em Minas Gerais, ele será a ferramenta para a realização da gestão de cerca de 136 mil solicitações anuais de viagens, tendo uma média de 30 mil usuários em todos os órgãos estaduais.

- **Sistema de Informações do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico – INFOSCIP**

O Infoscip foi desenvolvido para simplificar as ações do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Com o objetivo de proporcionar mais segurança e integridade às informações, o sistema passou por atualizações, com destaque para o novo “layout” do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB – no intuito de prevenir falsificações do mesmo, com a implementação de itens de segurança e permitindo

a consulta pública de autenticidade do documento. Outro ponto relevante foi a implementação da funcionalidade de Renovação de AVCB's, que possibilitou maior controle e agilidade deste processo, além de torná-lo aderente à legislação vigente.

- **Agenda Minas**

Os clientes da Prodemge já podem contar com uma nova solução para a realização de agendamentos de serviços para o cidadão do Estado de Minas Gerais. Trata-se do Agenda Minas, desenvolvido e mantido pela Companhia, onde é possível fazer toda a gestão do agendamento de horários de atendimento ao público, permitindo a organização do processo de agendamento integrado com os sistemas dos órgãos prestadores de serviços.

Além de flexibilidade e facilidade, o Agenda Minas viabiliza a gestão do atendimento por parte dos órgãos públicos, gerando uma oferta de serviços mais eficiente ao cidadão. A redução de filas e aglomerações nos locais de atendimento é uma consequência natural do uso da solução, que também traz como benefício a redução de custos operacionais para os órgãos da administração pública.

Uma das características mais marcantes da solução de agendamento é a sua facilidade de integração com os sistemas das áreas que prestam serviços diretamente ao cidadão, seja em saúde, educação, trânsito ou segurança.

- **Sistema de Escolha de Diretor e Vice-diretor de Escolas Estaduais**

A nova versão do Sistema de Escolha de Diretor e Vice-diretor de Escolas Estaduais foi totalmente reestruturado e implantado para as eleições de 2016, realizadas em fevereiro, em todas as escolas estaduais de MG.

O Sistema de Escolha de Diretor e Vice-diretor de Escolas Estaduais agiliza a realização do processo de eleição dos diretores e vice-diretores de escolas estaduais, de acordo com a Resolução 2.795/15, de 28 de setembro de 2015, que estabelece normas para escolha de servidores para os cargos. Ele controla o processo de escolha de diretores e vice-diretores nas escolas estaduais, que começa com a realização de assembleia com a comunidade escolar para a composição da Comissão Organizadora e vai até a inserção do resultado final da votação, efetuado pela própria escola.

- **Sistema Eletrônico de Registro de Bens e Valores – SISPATRI**

O SISPATRI foi absorvido e implantado pela Prodemge no Estado. Por meio desta ferramenta, os servidores estaduais da administração direta e indireta passam a declarar eletronicamente seus bens e valores, conforme determina o Decreto Estadual nº 46.933, de 21 de Janeiro de 2016.

- **Base integrada do Cidadão – BIC**

O sistema BIC, absorvido pela Prodemge, tem como objetivo integrar e disponibilizar dados do cidadão mineiro por meio de um repositório de informações confiáveis e atualizado que tem origem nas bases de dados de órgãos do Estado de Minas Gerais que são consolidadas e ficam disponíveis por meio de serviços de buscas disponibilizados pelo BIC para aplicativos integrados.

- **Sistema de Informações Policiais – SIP**

O SIP é estratégico para a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais uma vez que unifica a base de dados de indivíduos com RG e indivíduos de quem se fez ficha ou prontuário criminal.

Além de melhorias evolutivas nas funcionalidades existentes, a Prodemge iniciou em 2016 o projeto de criação da Carteira de Nome Social do SIP. O objetivo é fazer a adequação do sistema aos requisitos legais de identificação do nome social no âmbito do Estado de Minas Gerais. O resultado desta fase é a criação, no SIP, de um arquivo de nomes sociais de indivíduos, vinculados ao cidadão com RG em Minas Gerais, com controle de cédulas e pesquisa de sujeitos por meio do nome social.

- **Delegacia Virtual**

A Prodemge absorveu a Delegacia Virtual, uma solução que engloba as plataformas web e mobile, tendo como funcionalidade principal permitir ao cidadão registrar, acompanhar e consultar as ocorrências policiais de naturezas específicas, evitando que os envolvidos necessitem se deslocar até uma delegacia física para registro da ocorrência.

Premiação obtida em 2016

Concorrendo na categoria “Iniciativas Implementadas de Sucesso” da modalidade “Inovação em Processos Organizacionais”, aplicativo de serviços do Governo de Minas Gerais, o MG App ganhou destaque, ficando em primeiro lugar na colocação por seu caráter inovador e por conter uma proposta ousada que busca oferecer serviços de qualidade à população.

Agradecimentos

A Administração da Prodemge agradece aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, ao acionista majoritário representado pela Advocacia-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais acionistas, a confiança e apoio indispensáveis para o desenvolvimento contínuo alcançado pela Prodemge. Aos clientes e fornecedores, o agradecimento pela confiança e fidelidade, destacando seu propósito de retribuir com serviços e atendimento diferenciados. Ao corpo funcional, a Companhia expressa seu agradecimento e reconhecimento pelo empenho e dedicação.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(em milhares de reais)

ATIVO	N/E	2016	2015
CIRCULANTE		176.915	187.010
Caixa e equivalente de caixa	3a	71.377	76.286
Contas a receber de clientes	4	66.890	78.170
Serviços a faturar	4	34.000	28.325
Estoques	3d	480	218
Tributos a recuperar		2.377	1.290
Despesas a Apropriar		413	558
Devedores diversos		1.378	2.162
NÃO CIRCULANTE		42.347	50.123
Realizável a Longo Prazo		-	4.477
Investimentos		1	1
Imobilizado	5	35.393	37.194
Intangível	5	6.953	8.451
TOTAL DO ATIVO		219.262	237.133
PASSIVO	N/E	2016	2015
CIRCULANTE		71.744	68.922
Fornecedores		10.578	9.022
Obrigações sociais e trabalhistas	7	39.270	36.348
Obrigações fiscais		2.809	2.396
Refis	10	2.142	2.048
Passivo Atuarial Libertas	9	16.261	18.438
Obrigações Diversas		685	661
NÃO CIRCULANTE		77.568	177.447
Fornecedores		-	254
Refis	10	20.169	23.045
Passivo Atuarial Libertas	9	24.698	35.478
IRPJ/CSLL diferidos		11.560	9.631
Obrigações diversas	7	4.670	4.473
Benefício pós emprego	14	10.025	34.193
Provisão p/ processos judiciais	13	6.447	10.374
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.950	50.763
Capital social	11	77.228	77.228
Ajuste de avaliação patrimonial	14	(10.025)	(34.193)
Reserva de Reavaliação	11	10.575	10.615
Prejuízos Acumulados		(7.828)	(2.887)
TOTAL DO PASSIVO		219.262	237.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(em milhares de reais)

Demonstração de Resultado	N/E	2016	2015
Receita operacional líquida	3e	202.729	191.079
(-) Custo dos serviços prestados		(162.789)	(144.770)
(=) Lucro bruto		39.940	46.309
Despesas administrativas e gerais		(46.957)	(42.098)
Provisão para processos judiciais		3.928	(513)
Despesas tributárias		(552)	(335)
Outras receitas/despesas operacionais		(49)	(2)
(=) Lucro antes do resultado financeiro		(3.691)	3.360
Receitas financeiras		7.957	5.020
Despesas financeiras		(7.318)	(10.425)
(=) Lucro antes dos impostos		(3.052)	(2.044)
IRPJ diferido		(1.419)	1.248
CSLL diferida		(511)	449
IRPJ		-	(564)
CSLL		-	(234)
(=) Resultado do Exercício		(4.981)	(1.144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(em milhares de reais)

	2016	2015
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Prejuízo líquido do exercício	(4.981)	(1.144)
Depreciação e amortização	13.013	13.481
Resultado na venda de ativos permanentes		()
Prejuízo com baixa e doação de imobilizado	42	2
Despesas de juros	254	184
Realização da reserva de reavaliação	40	50
IRPJ/CSLL diferidos	1.929	(1.698)
Provisão para contingências passivas	(3.928)	513
Variação monetária ativa	3.527	5.902
IRPJ/CSLL		194
Encargos tributários	109	96
Crédito PIS/COFINS	(3.587)	(3.800)
Benefício pós emprego	3.379	3.687
Serviços realizados a faturar	(6.652)	3.363
Outras despesas	1	
Resultado Ajustado	3.144	20.830
Variação das contas de Ativo		
Contas a receber de clientes	11.280	20.590
Estoques	(262)	59
Impostos a recuperar	(557)	169
Demais contas a receber	5.406	243
Variação das contas de Passivo		
Fornecedores	1.294	(1.880)
Imposto de renda e contribuição social	(194)	194
Impostos a recolher	606	378
Salários e encargos sociais	(1.006)	7.978
Parcelamento de débitos - Libertas (Passivo Atuarial)	(12.957)	(15.720)
Parcelamento de débitos - Refis	(4.100)	(3.345)
IRPJ e CSLL diferidos	1.929	(1.698)
Outras contas a pagar	222	81
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL	4.805	27.880
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aumento/compra do ativo imobilizado	(7.577)	(2.585)
Aumento/compra do ativo intangível	(2.137)	(579)
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(9.714)	(3.164)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.909)	24.716
Demonstração da variação líquida de Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	76.286	51.570
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	71.377	76.286
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.909)	24.716

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Outros Resultados Abrangentes	Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2014	77.228	10.665	(23.993)		(1.792.799,00)	62.107
Outros Resultados Abrangentes						
Ajuste de Avaliação atuarial			(10.199)			(10.199)
Prejuízo do exercício 2015					(1.144)	(1.144)
Realização da Reserva de Reavaliação		(50)			50	
Saldo em 31/12/2015	77.228	10.615	(34.193)		(2.887)	50.763
Outros Resultados Abrangentes						
Ajuste de Avaliação atuarial			24.168			24.168
Prejuízo do exercício 2016					(4.981)	(4.981)
Realização da Reserva de Reavaliação		(40)			40	
Saldo em 31/12/2016	77.228	10.575	(10.025)		(7.828)	69.950

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte-MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, e seu compromisso é a modernização do setor público. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como foco a racionalização da máquina pública, objetivando a prestação de serviços à sociedade sempre de forma ágil e com qualidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 15 de fevereiro de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 5, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- d) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- e) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.
- f) As contingências passivas são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- g) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- h) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
- A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

4. CONTAS A RECEBER

Cliente	R\$ 1,00	
	2016	2015
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	59.715.669	71.743.151
Administração Indireta	4.015.577	4.254.639
Outros	1.051.387	60.040
Serviços Realizados a Faturar	33.999.909	28.325.317
Total Estado	98.782.542	104.383.147
Extra Estado		
Prefeituras	2.107.273	2.112.384
Total Extra Estado	2.107.273	2.112.384
Total	100.889.815	106.495.530

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía créditos vencidos e a vencer no montante de R\$ 100.889.815 sendo que para o ano de 2015 o montante era de R\$106.495.530, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais.

Não é prática da Companhia constituir provisão para fazer face a eventuais perdas com tais créditos, haja vista serem esses clientes uma extensão do seu acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais.

5. IMOBILIZADO

	R\$1,00				
	2016		2015		Taxas anuais de depreciação
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	10.400.000	-	10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.534.853	(12.466.259)	7.068.594	8.568.350	4%
Equipamentos Processamento de Dados	69.550.181	(52.426.559)	17.123.622	17.381.496	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.426.224	(834.019)	592.205	549.628	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	662.799	(656.644)	6.155	6.995	7%
Veículos	373.188	(171.073)	202.115	266.411	20%
Outros	-	-	-	21.275	-
Total	101.947.245	(66.554.554)	35.392.691	37.194.155	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor

método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes.

O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27, interpretação ICPC 10.

A reserva de reavaliação de Edificações realizada no exercício, decorrente da depreciação e incluída na movimentação anual, perfaz o valor de R\$39.992 no fim de 2016 e R\$49.800 em 2015.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.575.036, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações.

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

6. INTANGÍVEL

	R\$ 1,00			
			2016	2015
	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	52.174.774	(45.221.449)	6.953.326	8.451.348
Total	52.174.774	(45.221.449)	6.953.326	8.451.348

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27, interpretação ICPC 10. Não existiu a necessidade de ajustes em atendimento e observação destas normas para os itens que compõem a unidade geradora de caixa. Contudo, 2 (dois) grupos de ativos intangíveis, de valores imateriais sofreram baixas em decorrência de desvalorização (Direito de Uso de Telefone e Marcas, Direitos e Patentes).

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	R\$ 1,00	
CIRCULANTE	2016	2015
PASEP	1.458.477	1.559.325
INSS	2.317.761	2.105.668
COFINS	6.725.935	7.191.140
Salários e Honorários a pagar	5.007.597	6.366.565
FGTS	1.089.379	867.723
Plano Previdencial Libertas	2.213.395	1.972.159
Contribuições retidas na fonte	151.653	140.880
Benefício Pós Emprego	7.076.007	3.690.873
	26.040.204	23.894.334

	R\$ 1,00	
NÃO CIRCULANTE	2016	2015
PASEP	4.669.895	4.472.529
Benefício Pós Emprego	10.024.837	34.192.640
	14.694.732	38.665.169

O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria. Na data do balanço, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$2.213.395 em 2016 e R\$1.972.159 em 2015.

A companhia possui um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, cujo valor atualizado para dezembro de 2016 soma o montante de R\$4.669.895.

Em atendimento a deliberação CVM n.º 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBCTG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não Circulante do montante de R\$10.024.837 em 2016 e R\$34.192.640 referente a 2015, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, conforme esclarecimentos em nota explicativa 14.

8. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

A Fundação Libertas é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Os planos de benefícios por ela administrados são Prodemge RP5-II (modalidade de Benefício Definido), Plano Saldado (modalidade de Benefício Definido) e o Plano ProdemgePrev (modalidade de Contribuição Definida).

Histórico

O Plano Prodemge RP5-II encontrava-se deficitário, ou seja, seu patrimônio não cobria as provisões necessárias ao pagamento dos benefícios atuais e futuros de participantes e assistidos. Para solucioná-lo, a Prodemge adotou uma Estratégia Previdencial, desenhada pela Fundação Libertas e pela empresa de Avaliação Atuarial Gama Consultores, com participação da Companhia, e aprovada pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais. Essa estratégia contemplou as seguintes ações:

- a) Criação do Plano ProdemgePrev em 01 de dezembro de 2012, estando em manutenção normal desde essa data.

- b) Incorporação do RP5 pelo RP5-II e posterior fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, ocorrido em dezembro de 2013.
- c) Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014.
- d) Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.
- e) Após a data efetiva de transação independentemente de remanescerem participantes e assistidos está em curso o processo de retirada de patrocínio do Plano Prodemge RP5-II e a sua consequente desativação.

Em 31 de outubro de 2014 na data efetiva da transação ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

Anteriormente à data efetiva de transação, especificamente no exercício financeiro de 2013, a PREVIC através do seu ERMG - Escritório Regional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) determinou a regularização das Contribuições Normais para o Plano Prodemge (RP5-II) referentes à Pecúlio e Auxílio Doença, até então efetivadas exclusivamente pela Patrocinadora, em contrariedade à legislação no que se refere à exigência de paridade contributiva no custeio dos planos de benefícios.

A cobertura dessas Contribuições Normais fora da paridade abrangeu um período de 05 anos, de junho/2009 a maio/2014, e resultou na diferença de valores a favor da Prodemge, os quais, atualizados, montam R\$1.239.102.

Conforme ajustado com o ERMG, esse montante foi compensado nos contratos referentes à parcela de responsabilidade da Patrocinadora no déficit apurado na Data Efetiva da Transação, restando como déficit líquido o montante de R\$ 47.607.395.

A proporção de rateio utilizado na distribuição do valor total do déficit líquido apurado para cada plano foi determinada com base no total das Reservas Matemáticas de Transação Individuais – RMTIs destinadas a cada plano. Para o Prodemge RP5-II o percentual utilizado foi de 1,2404497%. No Prodemge Saldado utilizou-se o percentual de 24,4286593% e para o ProdemgePrev de 74,330810%.

A síntese do déficit entre os planos previdenciários, a partir da aplicação do percentual utilizado, apresentou-se distribuído da seguinte forma:

			R\$ 1,00
	Forma de pagamento	Parcelas	31/10/2014
Déficit atuarial			48.846.497
Compensação de contribuições indevidas			(1.239.102)
Déficit atuarial líquido			47.607.395
Detalhamento:			
Plano Prodemge (RP5-II)	contribuições extraordinárias	-	590.546
Plano ProdemgePrev (CD)	contrato de parcelamento	77	35.387.001
Plano Saldado	contrato de parcelamento	30	11.629.848
			47.607.395

A parcela referente ao Plano Prodemge RP5-II não foi objeto de contrato, permanecendo paga através de contribuições extraordinárias, conforme previsto no plano de custeio, apresentando o montante de R\$590.546 na data efetiva da transação.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado. Para o ano de 2016, o saldo devedor apresentou o valor de R\$33.074.420 e para o ano de 2015 o valor foi de R\$41.745.103, sendo que restam 52 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 05 parcelas para o Plano Saldado, conforme detalhamento em Nota Explicativa n.º 09(b).

9. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO – PASSIVO ATUARIAL

a)

	R\$ 1,00	
	2016	2015
Circulante		
Contrato RP5-II - BD	72.021	67.065
Contrato ProdemgePrev - CD	4.315.648	4.018.712
Contrato Saldado - BD	1.418.327	1.320.740
Saldo devedor Circulante	5.805.996	5.406.517
Não Circulante		
Contrato RP5-II - BD	25.777	83.908
Contrato ProdemgePrev - CD	1.544.623	5.027.988
Contrato Saldado - BD	507.636	1.652.435
Saldo devedor Não Circulante	2.078.036	6.764.331
Total	7.884.032	12.170.849

Em decorrência do patrocínio dos benefícios previdenciários, a Companhia assumiu em 27 de março de 1998, um débito a título de financiamento proveniente do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1988, restando 17 parcelas em 31 de dezembro de 2016, somando o montante de R\$7.884.032. Em 31 de dezembro de 2015 o valor registrado era de R\$12.170.849.

b)

	R\$ 1,00	
	2016	2015
Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	7.968.000	7.419.766
Contrato Saldado - BD	2.486.657	5.611.455
Saldo devedor Circulante	10.454.658	13.031.221
Não Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	22.619.863	26.676.499
Contrato Saldado - BD	-	2.037.383
Saldo devedor Não Circulante	22.619.863	28.713.882
Total	33.074.520	41.745.103

10. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

	R\$1,00	
	2016	2015
DÉBITO CONSOLIDADO	37.758.119	37.758.119
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo		
Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	(257.685)	(257.685)
Dívida Líquida Consolidada	29.458.774	29.458.775
Pagamento de Parcelas	(35.012.877)	(31.424.041)
Atualização Monetária	27.864.553	27.058.233
Saldo devedor REFIS	22.310.450	25.092.966
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(4.834.218)	(6.258.337)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(84.531)	(75.596)
Saldo devedor REFIS a valor presente	17.391.700	18.759.034
Menos: Passivo Circulante	(2.057.272)	(1.972.810)
Não Circulante	15.334.429	16.786.224

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2027.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2016;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2016, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,6250% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2016.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.

A Companhia liquida regularmente os impostos e contribuições vencidos após 29 de fevereiro de 2000, condição essencial para a sua permanência nesse programa de recuperação fiscal.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

- Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBCTG 33 (R2) onde para o exercício de 2016 ocorreu o reconhecimento de R\$10.024.837 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia. Para o exercício de 2015 o montante registrado foi de R\$34.192.640.

- Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide nota explicativa nº 5). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Em dezembro de 2016 foi realizado o valor de R\$39.992 referente à realização da Reserva de Reavaliação de edificações.

12. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	R\$1,00
Item	Vr. Segurado (R\$)
Edifícios	10.077.915
Datacenter	23.130.871
Móveis, Utensílios e Ferramentas	377.356
Estoque	276.592
Bens de Terceiros	12.000.000
Certificação Digital	1.000.000
Veículos	Vr. de mercado

13. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, justiça comum e justiça federal, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 62 processos, dos quais 53 referem-se a processos trabalhistas, 08 processos na vara da Fazenda Pública e apenas 01 (um) processo na justiça federal.

Para o exercício de 2016, as provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$6.446.869, conforme demonstrado abaixo:

a) JUSTIÇA DO TRABALHO

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso e diferenças salariais decorrentes de isonomia de função.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 16 processos (26% do total dos processos), representando 20% do valor total provisionado. Caso o pleito seja procedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

A classificação das contingências trabalhistas pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	316.094
Perda Possível	5.160.429
Perda Provável	6.258.669
Total das ações na Justiça do Trabalho	11.735.192

b) JUSTIÇA COMUM

Sendo a Companhia uma empresa pública, as ações movidas na Justiça Comum correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação destas contingências pela assessoria jurídica está assim representada:

	R\$ 1,00
Perda Remota	75.723
Perda Possível	2.000
Perda Provável	188.200
Total das ações na Justiça Comum	265.923

c) JUSTIÇA FEDERAL

A Companhia possui apenas uma ação no âmbito da Justiça Federal, decorrente de execução fiscal relativa ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Salário Educação), classificada pela assessoria jurídica em perda remota, no valor de R\$34.000.

14. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Prodemge possui 03 Planos de Benefícios de Aposentadoria para seus empregados:

- RP5-II – Plano de Benefícios Definidos
- ProdemgePrev – Plano de Contribuições Definidas
- Plano Prodemge Saldado

O foco da avaliação atuarial é o RP5-II – Plano de Benefícios Definidos (participantes ativos e assistidos) e os participantes assistidos do Plano Prodemge Saldado, não sendo considerados os participantes, assistidos e/ou ativos do ProdemgePrev - Plano de Contribuições Definidas.

O Plano de Benefício Definido (BD) é um tipo de plano em que o participante se aposenta com um benefício pré-determinado, o chamado Plano de Benefícios RP5-II da Prodemge.

Os benefícios do plano são: suplementação de aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial, do décimo terceiro, pensão por morte, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Além dos benefícios acima, o Plano contempla os seguintes institutos previstos em lei complementar 109/2001: benefício proporcional diferido, resgate, portabilidade e auto patrocínio.

O custeio do plano Benefício Definido será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

- Contribuição normal mensal dos participantes, exceto aqueles participantes remidos.
- Contribuição mensal de abono, vertida apenas pelos aposentados.
- Contribuição normal mensal dos participantes auto patrocinados.
- Contribuição especial dos participantes auto patrocinados.
- Joias dos participantes ativos e participantes auto patrocinados, determinadas atuarialmente em face da idade, remuneração, tempo de serviço prestado à Patrocinadora, tempo de contribuição para o regime geral de previdência social e tempo de afastamento voluntário da Fundação.
- Contribuição normal mensal da Patrocinadora.
- Contribuição extraordinária mensal da Patrocinadora, fixada atuarialmente, referente a compromissos especiais com gerações de participantes existentes na data de início do plano de benefícios, para integralização da reserva de tempos anteriores.
- Dotações da Patrocinadora, a serem fixadas atuarialmente.
- Receitas de aplicações do patrimônio, rendas de qualquer natureza, ou serviços realizados pela Fundação.
- Doações, subvenções, legados, etc.

- Contribuições extraordinárias para equacionamento de cobertura de insuficiência patrimonial, conforme vier a ser estabelecido no Plano de Custeio fixado em Avaliação Atuarial.

O Plano Prodemge Saldado é originário do Plano Prodemge e prevê os seguintes benefícios: benefício saldado de aposentadoria programada, décimo terceiro pagamento de benefício saldado.

Além dos benefícios acima, o plano contempla os seguintes institutos previstos em lei complementar 109/2001: benefício proporcional diferido, resgate, portabilidade e auto patrocínio.

O custeio do plano de Benefício Saldado será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

- Receitas de aplicações do patrimônio, rendas de qualquer natureza, ou serviços realizados pela Fundação.
- Doações, subvenções, legados, etc.
- Contribuições extraordinárias para equacionamento de cobertura de insuficiência patrimonial, conforme vier a ser estabelecido no Plano de Custeio fixado em Avaliação Atuarial.
- Contribuições extraordinárias para equacionamento de cobertura de risco atuarial, conforme vier a ser estabelecido no Plano de Custeio fixado em Avaliação Atuarial.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

	2016			2015		
	RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
	Ativos			Ativos		
Quantidade	3	9	12	3	2	5
Média Idades	43	51	47	42	56	48
	Mantidos			Mantidos		
Quantidade	3	0	3	5	8	13
Média Idades	45	0	45	43	50	47
	Aposentados			Aposentados		
Quantidade	9	151	160	9	151	160
Média Idades	67	64	66	66	64	64
Suplementação Média (R\$)	2.031,71	4.227,20	4.103,70	1.849,85	3.831,21	3.719,76
	Pensionistas			Pensionistas		
Quantidade	7	14	21	6	12	18
Média Idades	57	65	61	62	66	65
Suplementação Média (R\$)	1.602,09	2.076,44	1.918,33	1.701,81	2.164,39	2.010,20

Base de Dados set/2016.

Obs: Há um assistido temporário no Plano RP5-II, com 53 anos de idade e SRB de R\$ 9.777,71, na base de dados de set/16

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses atuariais adotadas na presente avaliação foram definidas pela PRODEMGE, em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses Demográficas	Evento Morte	AT -2000 M e F suavizada em 10%	AT -2000 M e F suavizada em 10%
	Mortalidade de Inválidos	AT -49 M agravada em 100%	AT -49 M agravada em 100%
	Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
	Composição familiar	Cônjuge 3 anos mais novo se o participante for do sexo masculino, e 3 anos mais velho se for do sexo feminino, com um filho de idade igual a: (idade cônjuge feminino -26).	Cônjuge 3 anos mais novo se o participante for do sexo masculino, e 3 anos mais velho se for do sexo feminino, com um filho de idade igual a: (idade cônjuge feminino -26).
Hipóteses* Econômicas	Taxa Real de Juros	6,25%	6,25%
	Crescimento Real Salarial	1,69%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	5,00%	5,00%
	Fator Capacidade (Salários e Benefícios)	97,75%	97,75%

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	31/12/2016	31/12/2015
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	67.119.283	61.717.960
2. Custo do Serviço Corrente	23.733	83.741
3. Custo dos juros	3.355.964	3.264.880
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(6.597.048)	(8.207.486)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	7.859	4.897
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação - (Ganho)/Perda Atuarial		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(15.521.219)	-
c. Efeito da experiência do plano	(2.098.155)	10.255.291
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	46.290.417	67.119.283
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	20.854.825	22.195.264
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	1.042.741	1.175.129
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	7.859	5.300
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	759	4.897
c. Benefício pago pelo plano	(6.597.048)	(8.207.486)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento / (redução) decorrente de fusão / alienação / transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	14.017.559	5.682.720
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	29.333.795	20.854.825

C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa

1. Obrigação de benefício definido	46.290.417	67.119.283
2. Valor justo do ativo do plano	(29.333.795)	(20.854.825)
3. Situação financeira do plano	16.956.622	46.264.459
4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	(6.931.785)	(12.071.819)
5. Passivo / (Ativo) líquido	10.024.837	34.192.640

D. Componentes da despesa / (receita) de benefício definido

1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	23.733	112.800
b. Amortização custo do serviço passado	1.026.221	1.207.182
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
Custo total do serviço	1.049.954	1.319.982
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	3.355.964	3.060.639
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(1.042.741)	(950.980)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
e. Custo líquido total dos juros	2.313.223	2.109.659
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Despesa (receita) a ser reconhecida	3.363.177	3.429.641

Principais premissas atuariais
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido

1. Taxa nominal dos Planos	11,56%	11,83%
Taxa Real Plano RP5II	6,25%	4,25%
Taxa Real Plano Saldado	6,25%	4,56%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	6,77%	7,78%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	5,99%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	5,99%

Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido

1. Taxa Real de desconto NE4	5,00%	4,56%
2. Taxa real de crescimento salarial	1,69%	1,69%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT -2000 Basic segregada por sexo suavizada em 10%	AT -2000 Basic segregada por sexo suavizada em 10%

Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos

1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	16,45	16,45
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	49,04	49,04

A taxa nominal de juros aplicada de 11,56% resulta da composição:

- Da taxa real de juros de 6,25%, para os Planos BD Saldado e RP5II, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à duração dos Planos, encontrada nas Demonstrações Atuariais de 31/12/2015 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no longo prazo de 5,0%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 18 de novembro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Helvécio Miranda Magalhães Júnior – Presidente
Paulo de Moura Ramos
Alcione Maria Martins Comonian
Evandro Xavier Gomes
Bruno Alves da Rosa
Hugo Vocurca Teixeira
Maria Thereza Rodrigues da Cunha

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo de Moura Ramos – Diretor-Presidente
Pedro Ernesto Diniz – Diretor
Fátima Vieira Lima – Diretora
Marconi Eugênio – Diretor
Gustavo Daniel Prado – Diretor

CONSELHO FISCAL

Maria da Conceição Barros de Rezende
César Cristiano de Lima
Mariah Brochado Ferreira

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, reunido na Cidade Administrativa, Prédio Gerais, 4º Andar, Sala 7, à Rodovia Papa João Paulo II, 4.001, Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, examinou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Após verificar que os documentos mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis emitido, somos de parecer pela sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2017.

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira

Mariah Brochado Ferreira

César Cristiano de Lima